



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

**Preço deste número - Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	.. .. .	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	.. .. .	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	.. .. .	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	.. .. .	Kz: 150 111.00	

### SUMÁRIO

#### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 216/15:**

Exonera Sebastião Cambinda do cargo de Director Nacional de Infra-Estruturas e Equipamentos do Ministério do Interior.

**Decreto Presidencial n.º 217/15:**

Nomeia os Oficiais Comissários da Polícia Nacional Aristófares Cardoso Vila dos Santos para o cargo de Director do Gabinete de Informação e Análise do Ministério do Interior, Carlos Armando Albino para o cargo de Director de Infra-estruturas e Equipamentos do Ministério do Interior, Sebastião Cambinda para o cargo de Director Nacional da Direcção de Logística do Ministério do Interior e Orlando Paulo Jorge Bernardo para o cargo de Chefe de Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional.

**Decreto Presidencial n.º 218/15:**

Designa Miguel Correia, Daniel Modesto Gerales, Efigénia Mariquinha dos Santos Lima Clemente e Agostinho António dos Santos para o cargo de Juizes Conselheiros do Tribunal Supremo.

**Decreto Presidencial n.º 219/15:**

Designa Simão de Sousa Victor para o cargo de Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional.

**Decreto Presidencial n.º 220/15:**

Autoriza o Ministério da Geologia e Minas a autonomizar jurídica e operacionalmente cada um dos 4 projectos integrantes do Projecto Integrado Mineiro-Siderúrgico de Kassinga e Kassala Kitungo. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 55/10, de 15 de Outubro, que aprovou o Programa para a Implementação do Projecto Integrado Mineiro-Siderúrgico de Kassinga e Kassala Kitungo e o Despacho Presidencial n.º 20/11, de 25 de Fevereiro.

**Despacho Presidencial n.º 129/15:**

Aprova os Contratos de Empreitada para a construção de 5 estações e fornecimento de equipamentos para o Caminho de Ferro de Luanda, no valor global equivalente em USD 255.085.436,83, para a construção do ramal ferroviário desde a Estação de Baía ao novo Aeroporto Internacional de Luanda no valor global equivalente em USD 162.473.142,66, e autoriza o Ministro dos Transportes a celebrar, com a faculdade de subdelegar, os referidos contratos com a empresa China Hyway Group Limited.

**Despacho Presidencial n.º 130/15:**

Delega poderes ao Ministro do Interior para conferir posse a José Alexandre Manuel Canelas para o cargo de Director Geral da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior, Amaldo Manuel Carlos para o cargo de Delegado Provincial do Ministério do Interior da Província da Huila e Cumulativamente Comandante Provincial da Polícia Nacional, Albino Francisco de Abreu para o cargo de Director do Gabinete de Estudos e Regulamentação da Polícia Nacional, José Carlos Cunha Piedade para o cargo de Director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise da Polícia Nacional, Aristófares Cardoso Vila dos Santos para o cargo de Director do Gabinete de Informação e Análise do Ministério do Interior, Carlos Armando Albino para o cargo de Director de Infra-Estruturas e Equipamentos do Ministério do Interior, Sebastião Cambinda para o cargo de Director Nacional da Direcção de Logística do Ministério do Interior, Simão de Sousa Pereira Inglês para o cargo de Delegado Provincial do Ministério do Interior da Província do Cuanza-Norte e Cumulativamente Comandante Provincial da Polícia Nacional e Orlando Paulo Jorge Bernardo para o cargo de Chefe de Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional.

#### Comandante-Em-Chefe das Forças Armadas Angolanas

**Ordem do Comandante-Em-Chefe n.º 8/15:**

Promove Mário Augusto de Oliveira Santos ao Posto Policial de Comissário-Chefe.

#### Tribunal Supremo

**Despacho n.º 7/15:**

Exonera Joana Ermelinda Gonçalves Baptista Capemba das funções de Secretária Judicial da Câmara do Cível, Administrativo, Fiscal e Aduaneiro.

#### Ministérios das Finanças e do Urbanismo e Habitação

**Decreto Executivo Conjunto n.º 689/15:**

Determina os projectos habitacionais do Estado abrangidos pelo FADEH — Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo Conjunto.

**ARTIGO 1.º**  
**(Projectos habitacionais)**

Os projectos habitacionais do Estado abrangidos pelo FADEH são os seguintes:

1. Projectos Habitacionais Iniciados e em Execução:
  - a) Centralidade de Kapari na Província do Bengo;
  - b) Centralidade da Baía Farta na Província de Benguela;
  - c) Centralidade do Luhongo na Província de Benguela;
  - d) Centralidade do Lobito na Província de Benguela;
  - e) Centralidade de Tchibodo I na Província de Cabinda;
  - f) Centralidade de Quilemba na Província da Huila;
  - g) Centralidade de Cacuaco na Província de Luanda;
  - h) Centralidade do Km 44 na Província de Luanda;
  - i) Centralidade do Kilamba na Província de Luanda;
  - j) Centralidade do Zango 0 na Província de Luanda;
  - k) Centralidade do Zango V na Província de Luanda;
  - l) Centralidade KK 5000 na Província de Luanda;
  - m) Centralidade do Dundo na Província da Lunda-Norte;
  - n) Centralidade da Praia Amélia na Província do Namibe; e
  - o) Centralidade 5 de Abril na Província do Namibe.
2. Projectos Habitacionais Não Iniciados:
  - a) Centralidade da Açucareira na Província do Bengo;
  - b) Centralidade das Mabubas na Província do Bengo;
  - c) Centralidade da Graça na Província de Benguela;
  - d) Centralidade de Tchibodo II na Província de Cabinda;
  - e) Centralidade de Ondjiva na Província do Cunene;
  - f) Centralidade de Mupanda-Menongue na Província do Cuando Cubango;
  - g) Centralidade de Tucuve — Menongue na Província do Cuando Cubango;
  - h) Centralidade de Cazengo — N'Dalatando na Província do Cuanza-Norte;
  - i) Centralidade de Tchitato V — Dundo na Província da Lunda-Norte;
  - j) Centralidade de Saurimo na Província da Lunda-Sul; e
  - k) Centralidade de Carreira de Tiro II — Malanje na Província de Malanje.

**ARTIGO 2.º**  
**(Delimitações das centralidades)**

As delimitações das centralidades identificadas no artigo 1.º do presente Decreto Executivo Conjunto são as constantes dos respectivos Planos de Urbanização.

**ARTIGO 3.º**  
**(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo Conjunto.

**ARTIGO 4.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas por Decreto Executivo Conjunto dos Ministros das Finanças e do Urbanismo e Habitação.

**ARTIGO 5.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Publique-se.

Luanda, aos 21 de Dezembro de 2015.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, *José António Maria da Conceição e Silva*.

## MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E REINserÇÃO SOCIAL

**Decreto Executivo n.º 690/15**  
**de 21 de Dezembro**

Tendo que, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 244/14, de 9 de Setembro, que aprova o Regulamento de Licenciamento, Inspeção e Fiscalização dos Equipamentos e Serviços de Assistência Social, compete ao Órgão Auxiliar do Titular do Poder Executivo responsável pela Área da Assistência e Reinserção Social aprovação dos instrumentos regulamentares sobre as condições técnicas de instalação, funcionamento e categorização dos equipamentos de assistência social;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 244/14, de 9 de Setembro, conjugado com n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Assistência e Reinserção Social, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 174/14, de 24 de Julho, determino:

**ARTIGO 1.º**  
**(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento sobre as Normas Técnicas de Enquadramento de Crianças Vulneráveis nos Equipamentos Sociais Públicos, anexo ao presente Decreto Executivo, de que é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
**(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

**ARTIGO 3.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Assistência e Reinserção Social.

**ARTIGO 4.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Novembro de 2015.

O Ministro, *João Baptista Kussumua*.

## NORMAS TÉCNICAS DE ENQUADRAMENTO DE CRIANÇAS VULNERÁVEIS NOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS PÚBLICOS

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente Diploma estabelece as Normas Técnicas e Critérios de Enquadramento de Crianças Vulneráveis nos Equipamentos Sociais e de Educação para a Primeira Infância Públicos, no que respeita a admissão.

#### ARTIGO 2.º (Âmbito)

O presente Diploma aplica-se a todos os equipamentos sociais públicos, de educação pré-escolar, sob gestão privada, nos termos do artigo 31.º do Decreto Presidencial n.º 244/14, de 9 de Setembro.

#### ARTIGO 3.º (Definição)

Para efeitos de aplicação do presente Diploma entende-se por enquadramento o processo selectivo mediante o qual é garantida a admissão da criança, em situação de vulnerabilidade comprovada, no equipamento de educação pré-escolar.

#### ARTIGO 4.º (Finalidade)

O enquadramento de crianças nos equipamentos tem a seguinte finalidade:

- a) Proporcionar o acesso à educação na primeira infância às crianças carenciadas;
- b) Compensar o aumento dos encargos inerentes à educação e cuidados prestados à criança vulnerável;
- c) Garantir à criança em situação de vulnerabilidade o acesso à educação pré-escolar e a cuidados de qualidade, desde os primeiros anos de vida;
- d) Criar igualdade de oportunidades no acesso a educação na primeira infância.

#### ARTIGO 5.º (Critérios de elegibilidade dos beneficiários)

1. São critérios de elegibilidade, em relação à criança, nomeadamente:

- a) Ter idade entre os três meses e os cinco anos;
- b) Residir em território nacional;
- c) Situações de orfandade;
- d) Estar em situação de vulnerabilidade devidamente comprovada, mediante diagnóstico social.

2. São critérios de elegibilidade dos beneficiários, em relação ao agregado ou encarregado, nomeadamente:

- a) Rendimentos total de todos os membros com capacidade produtiva abaixo do salário mínimo nacional;
- b) Desemprego prolongado;

- c) Situações de doenças que condicionem o exercício de actividades profissionais de geração de rendimentos;
- d) Chefes de família responsáveis por duas ou mais crianças em idade entre o zero e os cinco anos de idade.

#### ARTIGO 6.º (Prova)

Compete ao interessado, encarregado de educação do candidato a enquadramento no equipamento, a prova dos critérios de elegibilidade.

### CAPÍTULO II Procedimentos

#### SECÇÃO I Inscrição, Avaliação e Diagnóstico

#### ARTIGO 7.º (Inscrição)

1. Para efeitos de enquadramento no equipamento, o interessado deve efectuar o pedido ao Titular do Órgão Municipal responsável pela Assistência e Reinserção Social onde se localiza o equipamento, e proceder à junção dos seguintes documentos:

- a) Requerimento com a formulação do pedido e preenchimento do formulário de inscrição, que constitui Anexo I do presente Diploma;
- b) Atestado de pobreza;
- c) Agregado familiar;
- d) Documento de identificação pessoal do encarregado da criança;
- e) Declaração do serviço que comprove o salário auferido pelos progenitores ou encarregados de educação, sempre que estiverem empregados.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido para inserção em equipamentos localizado nas centralidades é feito ao seu administrador.

#### ARTIGO 8.º (Avaliação)

A avaliação do encarregado da criança é realizada por uma equipa técnica multidisciplinar do Órgão Municipal responsável pela Assistência e Reinserção Social ou da administração da centralidade, sem prejuízo da articulação com outros órgãos e serviços ou parceiros sociais.

#### ARTIGO 9.º (Diagnóstico)

1. A determinação da real situação da criança ou família é feita mediante a realização de um diagnóstico social, envolvendo a realização de visitas domiciliárias.

2. A análise do processo e as visitas domiciliárias são feitas por uma equipa multidisciplinar, que pode incluir representantes dos equipamentos da área de residência do interessado, podendo esta solicitar todas as informações que considere necessárias para o efeito.

3. Todos os requerentes são informados da decisão tomada, quer se trate de deferimento ou indeferimento.

4. A solicitação de enquadramento pode ser indeferida sempre que existam indícios seguros de que o requerente se encontra em situação económica estável.

**ARTIGO 10.º**  
**(Aprovação)**

1. A aprovação do processo de candidatura e enquadramento no equipamento é da competência do Titular do Órgão Municipal responsável pela Assistência e Reinserção Social e deve ser comunicada ao encarregado pelo correspondente órgão local.

2. Nas centralidades compete ao respectivo administrador a aprovação do processo de candidatura e enquadramento no equipamento.

**ARTIGO 11.º**  
**(Enquadramento e duração)**

1. O enquadramento é garantido, desde o momento da sua aprovação, por um período mínimo de um ano renovável.

2. O enquadramento renova-se por não alteração das circunstâncias que ditaram a sua aprovação.

3. Ao beneficiário deve ser garantida a frequência ao equipamento no máximo até 15 dias após a aprovação da candidatura.

4. O enquadramento termina quando o seu beneficiário completa os seis anos de idade.

5. O enquadramento nos equipamentos deve ser proporcional em relação à sua capacidade de lotação e número de ocupantes efectivos, não podendo ultrapassar o 5% em relação a capacidade total.

**ARTIGO 12.º**  
**(Obrigações dos beneficiários)**

Os encarregados da criança beneficiária têm as seguintes obrigações:

- a) Manter actualizado o calendário de vacinação, de todas as crianças integrantes do agregado familiar;
- b) Participar em palestras sobre assuntos relacionados com a vida familiar e de saúde;
- c) Matricular as crianças e adolescentes dos seis aos 15 anos no sistema escolar;
- d) Participar em actividades em benefício e desenvolvimento da comunidade;
- e) Estar os adultos da família integrados em projectos de geração de renda e de alfabetização;
- f) Comunicar todas as situações que possam levar à interrupção, suspensão ou extinção do benefício concedido.

**SECÇÃO II**  
**Modificação, Suspensão e Extinção**

**ARTIGO 13.º**  
**(Prestação indevida)**

Os actos administrativos de enquadramento baseados em informações falsas prestadas dolosamente ou de má-fé pelos funcionários e encarregados são nulos, incorrendo os mesmos em responsabilidade civil e criminal, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação de medidas disciplinares.

**ARTIGO 14.º**  
**(Modificação)**

O benefício resultante do enquadramento previsto no presente Diploma pode ser modificado dentre outras situações, nos seguintes casos:

- a) Alteração do grau de dependência social;
- b) Actualização da prestação por causas supervenientes.

**ARTIGO 15.º**  
**(Suspensão)**

O enquadramento suspende-se nos seguintes casos:

- a) Incumprimento sem causa justificada por parte do encarregado do beneficiário das condições, orientações ou procedimentos estabelecidos pelo órgão competente, bem como das obrigações previstas no presente Diploma;
- b) Inviabilização de realização de visitas domiciliares nos termos do presente Diploma;
- c) Recusa injustificada do encarregado de participar em projectos que tenham como objectivo a sua promoção sócio-económica e profissional com vista a integração social.

**ARTIGO 16.º**  
**(Extinção)**

O direito ao enquadramento extingue-se com a nulidade ou erro no enquadramento, auto-subsistência do encarregado beneficiário ou idade superior a cinco anos.

**CAPÍTULO III**  
**Disposições Finais**

**ARTIGO 17.º**  
**(Reclamações)**

1. Os interessados no enquadramento podem apresentar reclamações sempre que se considerem lesados nos seus direitos ou interesses.

2. As reclamações são dirigidas ao Titular do Órgão a Nível Municipal responsável da Assistência e Reinserção Social.

3. As reclamações são resolvidas no prazo de cinco dias.

**ARTIGO 18.º**  
**(Recurso)**

1. Se a reclamação não for resolvida dentro do prazo previsto no n.º 3 do artigo anterior, pode o interessado ou seu mandatário recorrer ao Governador Provincial no prazo de 30 dias.

2. Da decisão definitiva e executória ou da omissão de resposta, pode o lesado interpor recurso contencioso para o tribunal competente, nos termos da lei.

**ARTIGO 19.º**  
**(Cooperação e parceria)**

O Titular do Órgão Municipal responsável pela Assistência e Reinserção Social pode estabelecer parcerias com organizações não-governamentais, associações comunitárias, instituições religiosas e outras, visando a realização do benefício previsto no presente Diploma.



## 5. PARECER TÉCNICO

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

## O GRUPO TÉCNICO

---

---

---

---

---

Aos \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Serviços Municipais de \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DOS TRANSPORTES

**Despacho Conjunto n.º 420/15**  
de 21 de Dezembro

Havendo necessidade de se criar uma Comissão Técnica para dar tratamento ao processo relativo ao abate à carga e venda de salvados da Aeronave Boeing 737 200, D2 TBX, afecta à TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P., devido ao esgotamento do seu potencial técnico e operacional, prevenindo problemas de fiabilidade e de segurança de aeronavegabilidade e a incomportáveis custos financeiros com a sua manutenção;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determina-se:

1.º — É criada uma Comissão Técnica para dar tratamento e acautelar os aspectos legais referentes ao abate e venda da Aeronave do tipo Boeing 737-200 D2-TBX, afecta à TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P., coordenada por Américo António de Carvalho, Técnico da Direcção Nacional do Património do Estado do Ministério das Finanças, e integrada pelas seguintes entidades:

- a) Zoraia Marques Puna, Representante do Ministério dos Transportes;
- b) Gabriel Pires dos Santos Júnior, Representante do INAVIC; e
- c) Amaral Rogério Lola, Representante da TAAG-E.P.

2.º — A Comissão Técnica ora criada deve desenvolver as seguintes acções:

- a) Reunir e analisar a documentação que comprove a titularidade da aeronave pelo Estado Angolano, através da TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P.;
- b) Verificar e comprovar que não existe em relação à aeronave em questão, qualquer pendência legal, a ter em conta, nomeadamente, seguros, hipotecas, penhoras, garantias ou alguma acção judicial ou outras obrigações que onerem o Estado Angolano; e
- c) Examinar o estado de conservação da aeronave, fazendo a vistoria e avaliação, com base em critérios técnicos adequados, e pronunciar-se, mediante, apresentação de um relatório, quanto à viabilidade do abate e consequente conveniência da sua alienação, recuperação ou desmantelamento.

3.º — A Comissão Técnica regerá a sua actividade, nos termos das disposições legais em vigor na República de Angola, nomeadamente a Lei n.º 18/10, de 6 de Agosto, conjugada com o Decreto Presidencial n.º 177/10, de 13 de Agosto, e pelos critérios e fundamentos técnico-económicos que forem apurados na avaliação.

4.º — Em caso de necessidade, a Comissão Técnica poderá recorrer a entidades singulares ou colectivas especializadas.

5.º — Comprovada que a aeronave em causa é da titularidade do Estado, como pessoa jurídica e que integra o seu domínio privado, o valor resultante da alienação dos salvados e outros componentes essenciais da mesma, deve ser depositado na Conta Única do Tesouro (CUT).

6.º — A Comissão deve concluir os seus trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data da publicação do presente Despacho Conjunto.

Publique-se.

Luanda, aos de de 2015.

O Ministro das Finanças, *Armando Manuel*.

O Ministro dos Transportes, *Augusto da Silva Tomás*.

**Despacho Conjunto n.º 421/15**  
de 21 de Dezembro

Havendo necessidade de se criar uma Comissão Técnica para dar tratamento ao processo relativo ao abate à carga e venda de salvados da Aeronave Boeing 737 200, D2 TBO, afecta à TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P., devido ao esgotamento do seu potencial técnico e operacional, prevenindo problemas de fiabilidade e de segurança de aeronavegabilidade e incomportáveis custos financeiros com a sua manutenção;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determina-se:

1.º — É criada uma Comissão Técnica para dar tratamento e acautelar os aspectos legais referentes ao abate e venda da Aeronave do tipo Boeing 737-200 D2-TBO, afecta à TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P., coordenada por Américo António de Carvalho, Técnico da Direcção Nacional do Património do Estado do Ministério das Finanças, e integrada pelas seguintes entidades:

- a) Eurico Alexandre Pereira da Silva, Representante do Ministério dos Transportes;
- b) Gabriel Pires dos Santos Júnior, Representante do INAVIC; e
- c) Amaral Rogério Lola, Representante da TAAG-E.P.

2.º — A Comissão Técnica ora criada deve desenvolver as seguintes acções:

- a) Reunir e analisar a documentação que comprove a titularidade da aeronave pelo Estado Angolano, através da TAAG — Linhas Aéreas de Angola-E.P.;
- b) Verificar e comprovar que não existe em relação à aeronave em questão, qualquer pendência legal, a ter em conta, nomeadamente, seguros, hipotecas, penhoras, garantias ou alguma acção judicial ou outras obrigações que onerem o Estado Angolano; e